

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

A Administração da INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A. (“IE GARANHUNS” ou “Companhia”), em atendimento às disposições regulatórias, apresenta o Relatório da Administração do exercício de 2022.

A IE GARANHUNS tem como objeto social principal exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011.

A IE GARANHUNS iniciou sua fase de operação em novembro de 2015 e tem como desafio atual a operação e manutenção do empreendimento sob sua responsabilidade com regularidade, eficiência e segurança.

Finalmente, registramos nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros e a todos os que, direta ou indiretamente, estão contribuindo para o êxito das atividades da Companhia.

1.2 A Companhia

1.2.1 Perfil

A IE GARANHUNS” tem sede na Rua João Cauás, nº 51, Sala 308, Poço da Panela, município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 52.061-390 e está inscrita no CNPJ nº 14.432.763/0001-16.

A IE GARANHUNS é uma Sociedade de Propósito Específico criada em 22 de setembro de 2011 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implementação da infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e demais infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de

energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão nº 022/2011 - ANEEL.

1.2.2 Objeto

A IE GARANHUNS assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011 em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011 (“EMPREENHIMENTO”). Este leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão composto por 2 (duas) Subestações e 8 (oito) Linhas de Transmissão, totalizando 2.100 MVA de capacidade de transformação, 680 MVAR de compensação reativa e 808 quilômetros de linhas de transmissão, conforme a seguir descrito:

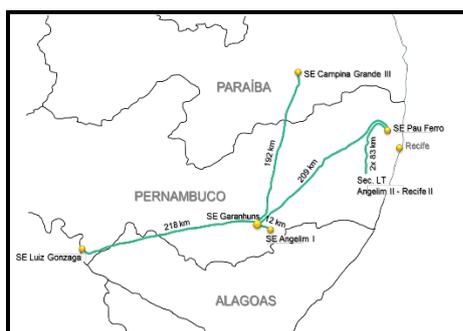
- Subestação Garanhuns 500/230KV - 600MVA de Transformação e 400 MVAR de Compensação Reativa;
- Subestação Pau Ferro 500 KV – 2 x 750 MVA de Transformação e 180 MVAR de Compensação Reativa;
- Ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500KV, Campina Grande III 500 KV e Angelim, mediante a instalação de um vão de entrada de linha em cada uma dessas Subestações;
- LT 500 kV Luiz Gonzaga/Garanhuns C2 - circuito simples (218 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Pau Ferro - circuito simples (209 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Campina Grande III - circuito simples (194 km), com 100 MVAR de Compensação Reativa no terminal em Campina Grande III;
- LT 230 kV Garanhuns/Angelim I - circuito simples (12 km);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C2 e C3 - circuito duplo (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C4 - circuito simples (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 500kV Angelim II/Recife II – circuito simples (2 x 83 km) (*) e
- Seccionamento LT 500kV Luis Gonzaga/Angelim II - circuito simples (2 x 2,7 km) (*).

OBS: (*) Doados para a Eletrobrás Chesf, por determinação do Contrato de Concessão nº 022/2011.

Em 2022 a ANEEL emitiu Resolução Autorizativa visando a implantação de 2 bancos de reatores na barra de 500 kV da SE Garanhuns II, cada banco de 150 MVAR e de um banco de reatores na barra de 500 kV da SE Pau Ferro, de 180 MVAR. A previsão de disponibilização para entrada em operação comercial, de acordo com a Resolução, é de 36 meses.

Os ativos estão localizados em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%), conforme Figura 1 a seguir:

Figura 1. Localização do empreendimento.



1.2.3 Composição Acionária

Tabela 1. Composição Acionária da IE Garanhuns.

Acionista	Ações subscritas	%
ISA CTEEP	290.700.000,00	51,00
ELETOBRÁS		
CHESF	279.300.000,00	49,00
TOTAL	570.000.000,00	100,00

Os acionistas da Interligação Elétrica Garanhuns S/A são grandes companhias brasileiras do Setor de Energia Elétrica:

- **ISA-CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**

A ISA CTEEP possui posição de liderança no segmento de transmissão de energia nacional. Sua infraestrutura é composta por aproximadamente 21.000 km de redes de linhas de transmissão e 133 subestações próprias com tensão de até 550 kV (ativos em operação e em construção) e 84 mil MVA de capacidade de transformação que formam uma complexa rede de transmissão, distribuída por 17 estados brasileiros e pela qual trafegam 30% de toda a energia elétrica transmitida no país e 92% da energia transmitida no

estado de São Paulo, incluindo a conexão de 22 GW de geração de energia renovável.

Buscando garantir a longevidade corporativa e maximizar a geração de valor para seus acionistas, em 2022, a Companhia seguiu o ritmo de expansão observado nos últimos anos e, além de arrematar mais 2 lotes no leilão de transmissão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em junho (total de 16 lotes nos últimos 6 anos) que somam investimento previsto pelo regulador de aproximadamente R\$ 4 bilhões, a Companhia incrementou seu plano de investimentos em reforços e melhorias e possui R\$ 5,5 bilhões de investimentos já aprovados pelo regulador a serem realizados até 2027.

Além de garantir o crescimento futuro, a ISA CTEEP energizou 5 projetos Greenfield ao longo de 2022, Três Lagoas, Biguaçu, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí (energizado parcialmente), sendo os três últimos em parceria com a TAESA. Outro destaque da Companhia foi a energização do primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala do sistema de transmissão brasileiro. O projeto foi executado no litoral sul do estado de São Paulo e foram instalados 180 racks de baterias de lítio com 30 MW de potência e capacidade de 60 megawatts hora (MWh) que atuarão nos momentos de pico de consumo da região, comuns durante o verão, como um reforço à rede elétrica, assegurando energia adicional por até duas horas.

- **ELETOBRÁS CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco**

A Eletrobrás Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Tem como atividade principal a geração e a transmissão de energia elétrica, com foco de atuação na Região Nordeste.

A Eletrobras Eletrobrás Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba (PI) e 1 no Rio Piancó (PB). Além das hidrelétricas, a Eletrobrás Chesf possui também 14 parques eólicos e 6 plantas de micro e minigeração geração fotovoltaica. A potência total instalada do parque gerador da Eletrobrás Chesf é de 10.460,43 MW. Possui também capacidade instalada total de 70.296,37 MVA de transformação em geração e transmissão, 21.801,64 km de linhas de transmissão e 135 subestações com tensões de até 550 kV.

Além disso, a Eletrobrás Chesf possui participação em 4 de usinas hidrelétricas, 4 parques eólicos e 3 empreendimentos de transmissão (LT e SE), no formato de SPE - sociedade de propósito específico.

1.2.4 Missão

A IE GARANHUNS tem como missão ser uma Companhia transmissora de energia elétrica eficiente, que preste serviço público com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação de seus serviços.

1.2.5 Princípios e Valores

A IE GARANHUNS segue os princípios basilares da prestação de serviço público adequado e tem como valor o respeito a seus stakeholders.

1.2.6 Organização e Gestão

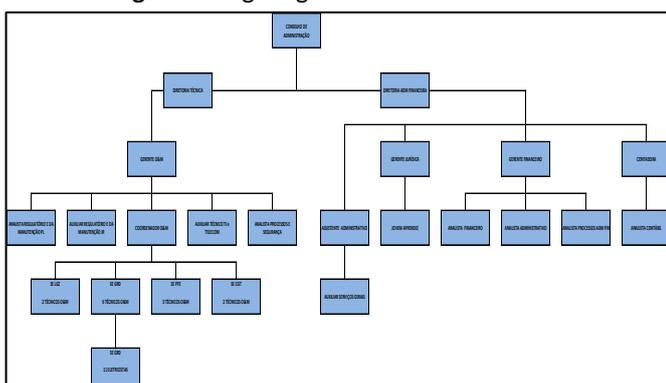
A IE GARANHUNS possui um quadro otimizado, com gestores de cada área de influência da Companhia (funditário, jurídico, financeiro, contábil, engenharia - linhas de transmissão, engenharia - subestações, planejamento e controle), responsável por gerir e fiscalizar os trabalhos necessários para a operação e manutenção do empreendimento.

Por ter em seu quadro societário duas das maiores Companhias de transmissão de energia elétrica brasileiras, a IE GARANHUNS se beneficia da expertise de seus acionistas, de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas com o Poder Concedente e prestar o serviço adequado para seus clientes.

1.2.7 Organograma

Estes colaboradores respondem para uma Diretoria Colegiada, composta de um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo Financeiro, conforme Figura 2:

Figura 2. Organograma da IE Garanhuns.



Por ter um quadro enxuto e concentrado na sede da Companhia e na subestação Garanhuns II, o relacionamento entre funcionários é direto e desburocratizado, favorecendo o inter-relacionamento entre todas as áreas da Companhia.

1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas

Quadro 1. Responsabilidade da Companhia e respectivas partes interessadas

Parte interessada	Detalhamento	Canal de Comunicação
Acionistas e investidores	Acionistas – ISA CTEEP e ELETROBRÁS CHESF	Relacionamento feito diretamente através da Diretoria da Companhia, membros do Conselho de Administração, indicados pelos acionistas e com os representantes dos acionistas, na área de governança/societário
Clientes	A Companhia, como uma transmissora tem como clientes diretos todos os Geradores, Distribuidores e Clientes Livres conectados na Rede Básica	ONS
Fornecedores		Cada fornecedor tem contato direto com o gestor do contrato, sendo que os contatos telefônicos e e-mail do porta-voz da Companhia e do fornecedor ficam especificados em cada contrato
Colaboradores		Contato pessoal direto, reuniões, e-mails e telefonemas
Órgãos públicos	MME, ANEEL, ONS, IBAMA, IPHAN, CPRH e outros	Através de correspondências e reuniões

Organizações ambientais e comunidade	Proprietários de imóveis onde estão instituídas as servidões administrativas	Distribuição de panfletos, canal telefônico gratuito (0800-602-3432), campanhas educativas e visitas de assistentes sociais
--------------------------------------	--	---

2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da IE GARANHUNS materializa-se no ato de manter de forma organizada e registrada as atas de Conselho de Administração e Assembleia Geral, na forma disposta na legislação vigente e no Estatuto Social da Companhia, de modo que aquelas possam ser conferidas e auditadas por seus acionistas a qualquer tempo.

A IE GARANHUNS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 04 membros titulares e 02 membros suplentes, sendo metade indicada pela acionista ISA CTEEP (51% do controle acionário) e a outra metade indicada pela acionista ELETROBRÁS CHESF (49% do controle acionário).

Quadro 2. Composição do Conselho de Administração

CARGO	NOME	Mandato	
		INÍCIO	TÉRMINO
Presidente do Conselho	Rui Chammas	Mai-21	Abril-23
Vice-Presidente do Conselho	Eduardo Alexandre Matos de Brito	Mai-21	Abril-23
Conselheiro Efetivo	Carisa Santos Portela Cristal	Mai-21	Abril-23
Conselheiro Efetivo	Edinaldo Pereira de Lima	Mai-21	Abril-23
Conselheiro Suplente	Fabiano Leite de Camargo	Mai-21	Abril-23
Conselheiro Suplente	Angelo Coelho de Andrade	Mai-21	Abril-23

As reuniões do Conselho de Administração são mensais e tem por objeto a apresentação de matérias para aprovação, quando forem de competência desta instância interna, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia, bem como a apresentação de informações de rotina das áreas técnicas e administrativo/financeiras.

A Diretoria Executiva da Companhia é composta por dois membros, sendo um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico.

Quadro 3. Composição da Diretoria da IE Garanhuns

CARGO	NOME	Mandato	
		INÍCIO	TÉRMINO
Diretor Administrativo Financeiro	Roberto Sampaio Pires Ferreira	Abril-21	Abril-24
Diretor Técnico	Moacir Biazzo Aversi	Abril-21	Abril-24

A Administração da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta anualmente o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes. As Demonstrações estão sempre em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Para o exercício de 2022, as Demonstrações Financeiras da IE GARANHUNS foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Os documentos da administração são publicados na forma prevista na lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social da Companhia).

3. DIMENSÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.1 RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida como resultado do certame licitatório, Leilão 004/2011-ANEEL, e é anualmente atualizada nos meses de julho pela variação do IPCA, através de Resoluções Homologatórias. Também é previsto no Contrato de Concessão a aplicação de Revisão Tarifária Periódica, a cada 5 anos, tendo a primeira revisão sido realizada em julho de 2017, e a segunda em julho de 2022

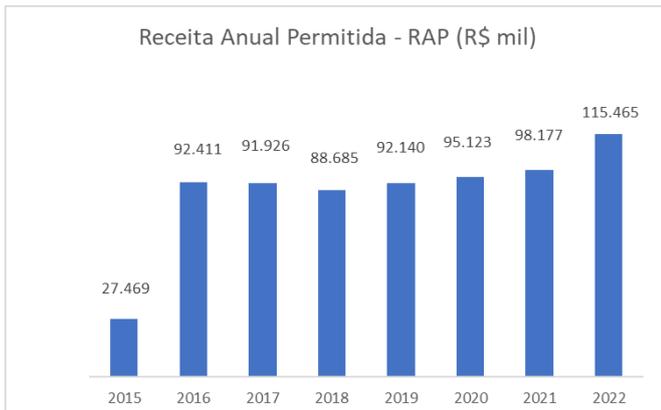
Quadro 4. Revisão Tarifária Periódica da RAP

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	dez-41	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O valor da RAP projetada para o exercício de 2023 é de R\$ 129,256 mil.

Figura 3. Receita Anual Permitida - RAP



3.2 Desempenho Econômico-Financeiro

a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. g

b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada a implementação da infraestrutura sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

c) Receita de operação e manutenção

Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Tabela 2. Receita Operacional Líquida 2022 x 2021

	2022	2021
Receita operacional	192.095	208.811
Remuneração dos ativos da concessão	142.104	185.956
Receita de infraestrutura	31.765	7.623
Receita de operação e manutenção	18.226	15.232
(-) Deduções da receita operacional	-22.508	-23.785
PIS	-3.141	-3.469
COFINS	-14.464	-15.977
ICMS	-15	-18
Encargos do consumidor	-4.888	-4.321
Receita operacional líquida	169.588	185.026

O Resultado Financeiro atingiu R\$ (5.570) mil em 2022, frente ao resultado de R\$ (9.332) mil em 2021.

Tabela 3. Resultado Financeiro 2022 x 2021

	2022	2021
Receitas financeiras	5.609	1.455
Receita de aplicações financeiras	5.452	1.443
Tributos sobre a receita financeira	-244	-69
Outras receitas financeiras	401	81
Despesas financeiras	-11.179	-10.787
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-11.011	-10.467
Encargos sobre arrendamento	-1	-9
Outros	-167	-311
Resultado financeiro	-5.570	-9.332

O Imposto de Renda e a Contribuição Social apresentou R\$ 29.499 mil em 2022 comparado a R\$ 19.388 mil em 2021.

Tabela 4. Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao ano de 2022 x 2021.

	2022	2021
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	226.232	151.416
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	-76.919	-51.481
Adições (exclusões), líquidas	39.032	24.651
Incentivo fiscal - SUDENE	8.388	7.442
Imposto de renda e contribuição social	-29.499	-19.388
Corrente	-2.167	-2.082
Diferido	-27.332	-17.306
Total	-29.499	-19.388

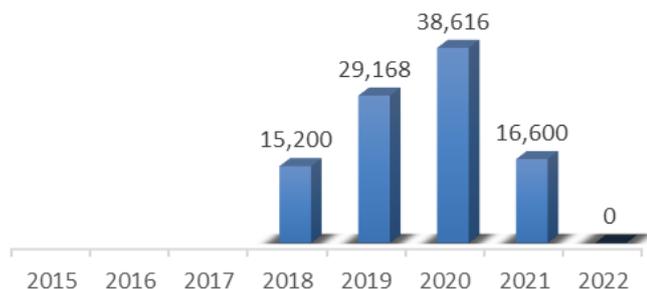
Alíquota efetiva	13%	13%
------------------	-----	-----

3.3 Distribuição de Dividendos

Em 2018, a Companhia fez, pela primeira vez, desembolso a título de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 15.2 mil.

Em 2022 não houve distribuição de dividendos.

Figura 4. Distribuição de Dividendos 2018-2022



O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme demonstrado na Tabela 5 e nos comentários seguintes:

Tabela 5. Distribuição de dividendos 2022.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	196.732	132.028
(-) Reserva legal	-9.837	-6.601
(-) Reserva de incentivo fiscal	-8.388	-7.442
Base de cálculo	178.507	117.984
Dividendos mínimos obrigatórios	44.627	29.496

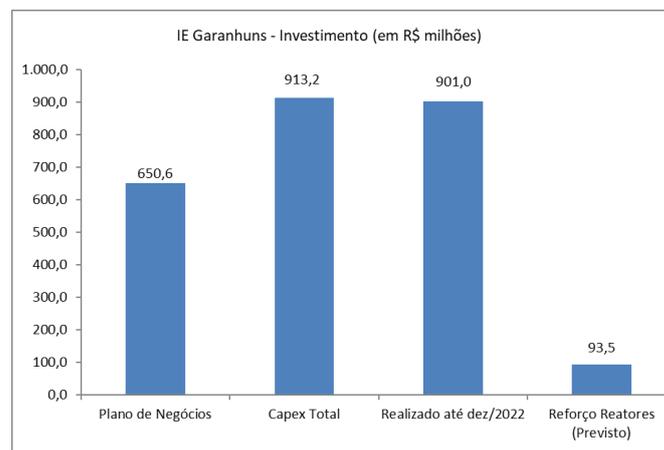
- (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) **Reserva especial de dividendos:** De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) **Reserva de retenção de lucros:** A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.

- (iv) **Reserva de incentivo fiscal:** O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da Companhia e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77).

3.4 Investimentos na Concessão

Durante a Concessão os investimentos são de ordem contínua, com o objetivo em prestar serviço de excelência ao Sistema Integrado Nacional - SIN.

Figura 5. Investimentos cumulativos realizados até o ano de 2022.



3.5 Inadimplência Setorial

A IE GARANHUNS operou comercialmente suas instalações em 2022 emitindo cobranças no montante de R\$ 120.000 mil, para um total de 1.361 Agentes. Em dezembro de 2022 registramos uma inadimplência de R\$ -501 mil, valor equivalente a 0,42% do faturamento total de 2022. Em 2021 a inadimplência foi de 0,37% do faturamento anual.

4. BENEFÍCIOS FISCAIS

4.1 SUDENE

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o qual aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais (ver Tabela 4).

5. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

5.1 Relacionamentos Sociais-Externos

5.1.1 Clientes/Consumidores

A IE GARANHUNS encontra-se em plena atividade operacional. Os 10 (dez) principais clientes/consumidores são demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6. Principais consumidores da IE Garanhuns

COD CLIENTES	Valor (R\$ mil)
2019 CEMIG-D	6.139,9
2035 ELETROPAULO	6.049,3
3359 NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	5.185,5
2027 COPEL-D	5.084,6
2030 CPFL-D	4.355,3
2011 CELESC	4.018,6
3022 CHESF-G	3.798,0
2040 LIGHT-D	3.722,3
3263 ESBR (UHE JIRAU)	3.688,5
2025 COELBA-D	3.410,1

5.1.2 Fornecedores

A IE GARANHUNS sempre inclui em seus contratos cláusulas proibindo mão de obra infantil, trabalho irregular de adolescentes ou trabalho forçado/escravo, bem como exige a entrega de documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e ambientais, sob pena de rescisão contratual.

6. DIMENSÃO AMBIENTAL

O empreendimento da IE GARANHUNS se encontra com atividades operacionais em pleno andamento e mantém suas atividades no âmbito ambiental de modo a garantir que todos os programas ambientais e condicionantes expostos em suas licenças sejam cumpridos. Os principais tópicos são:

6.1 Preservação de áreas de patrimônio da União

A IE GARANHUNS, como forma de compensar as áreas de vegetação suprimidas durante o processo construtivo, concluiu em 2022 o Programa de Reposição Florestal em três áreas selecionadas, totalizando 260 hectares na região de Caatinga e Mata Atlântica. Um dos locais escolhidos, a Floresta Nacional Negreiros (FLONA Negreiros), localizada nos municípios de Serrita e Salgueiro-PE, é de domínio da União. Além desta, também são áreas alvo da Reposição Florestal, a Área do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), localizado no município de Araçoiaba-PE e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns, situada no município de Garanhuns. Foram plantadas 114.394 mudas nas três áreas selecionadas pelo Programa.

6.2 Compensação Ambiental

A IE Garanhuns repassou para o ICMBIO os recursos da compensação ambiental para duas Unidades de Conservação (UCs) definidas pelo IBAMA, sendo: o Parque Nacional do Catimbau, localizado no município de Buíque-PE e a Área de Preservação Ambiental-APA Aldeia Beberibe, localizada no município de Araçoiaba-PE. Para o Parque Nacional do Catimbau, o recurso foi aplicado para sua regularização fundiária e a Certidão de Cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental foi emitido em 16/10/2019.

Já para a APA Aldeia Beberibe, foi executado o projeto de Formação em Educação Ambiental e Recomposição da Mata Ciliar. Iniciado em novembro de 2017, o projeto formou 50 agentes populares em Educação Ambiental, envolvendo diversos setores representativos da comunidade da APA na perspectiva da ampliação do conhecimento, sensibilização e da ação para a construção de novas formas de relação com a natureza e de soluções das questões ambientais, com foco na restauração florestal e sua cadeia produtiva. Além da formação dos agentes, também foi construído um Viveiro Escola localizado no Parque Estadual de Dois Irmãos, com capacidade de produção de 50.000 mudas/ano, cuja operação é de responsabilidade dos gestores do Parque e do CPRH. A Certidão de Cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental foi emitida pelo órgão em 13/05/2021 e recebida em 14/02/2022.

6.3 Programas Ambientais

O Programa de Gestão Socioambiental (PGSA) da IE Garanhuns constitui-se em um instrumento de gestão, que tem por objetivo garantir a correta gestão ambiental do empreendimento e o cumprimento ao atendimento à legislação ambiental. As ações que integram os diversos Programas Socioambientais constituem coordenação entre programas e o relacionamento entre as instituições direta ou indiretamente envolvidas com o empreendimento: esferas de governo, comunidades e agentes responsáveis pela operação e manutenção dele.

Estão sendo desenvolvidos 6 programas durante a operação do empreendimento, sendo eles:

- Comunicação Social;
- Educação Ambiental;
- Gerenciamento de Resíduos;
- Conservação da Faixa de Servidão, Caminhos de Serviços e SE Garanhuns;
- Conservação e Monitoramento da Fauna; e
- Atendimento a Emergências Ambientais

6.3.1. Educação ambiental e Comunicação Social

No licenciamento ambiental da IE GARANHUNS, é prevista a realização de oficinas de educação ambiental para as 12 comunidades localizadas próximas ao empreendimento bem como o treinamento ambiental dos trabalhadores. Para as comunidades locais envolvidas, foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo em 27 comunidades ao longo das LT's que estão inseridas na AID-Área de Influência Direta e AII-Área de Influência Indireta, onde foram levantados os possíveis problemas e demandas destas que permitirá o processo de ensino/aprendizagem previsto no Programa.

Durante o ano de 2022 foram realizadas visitas porta a porta, abordando os moradores, a fim de informá-los sobre a operação do empreendimento, estabelecendo um canal de comunicação eficaz para atender as demandas da comunidade junto ao empreendimento. Além disso, também foram distribuídos materiais gráficos, como: folders e cartazes, todos contendo as informações sobre o convívio seguro com as Linhas de Transmissão e as Subestações, além de ter o registro do número do telefone da Ouvidoria da IE Garanhuns (0800.602.3432).

A 6ª Campanha do Subprograma de Comunicação Social foi realizada no período de no período de 15 e 19 de agosto de 2022, nas comunidades do Grupo B, que abrange os municípios de Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Glória do Goitá, Lagoa do Itaenga e Paudalho por onde perpassam as LT's.

O público-alvo total envolvido na 6ª Campanha de Comunicação Social foi de 58 pessoas, abordadas de maneira direta, de forma a sensibilizar cada membro sobre a questões de segurança e bom convívio com as redes, bem como foi trabalhada a conscientização do plantio e pastagem de animais após o perímetro de segurança estipulado pelo corpo técnico da transmissora. Nos Sítios envolvidos havia poucas moradias, justificando o baixo volume de pessoas envolvidas na ação.

As escolas que recebem alunos das comunidades envolvidas na campanha, foram visitadas para agendamento das ações de Educação Ambiental, onde serão realizadas oficinas de reciclagem, contação de história e exposição de brinquedos reciclados com a participação de alunos e possivelmente, dos pais interessados, nos temas abordados.

As Escolas onde serão realizados os projetos referentes ao Subprojeto de Educação Ambiental serão: Escola Municipal Santa Tereza, em Agrestina; Escola Municipal Fabio Corrêa de Oliveira, em Brejo da Madre de Deus – Distrito de Fazenda Nova e na Escola Municipal Elisa Fidelis da Silva, em Paudalho. As atividades de Educação Ambiental foram agendadas para o mês de setembro de 2022, onde o contato foi realizado diretamente com a Gestão para alinhamento das ações.

A 6ª Campanha de Educação Ambiental foi realizada com as Comunidades do Grupo B, no mês de setembro de 2002, entre os dias 15 e 22. Um breve resumo é apresentado abaixo.

As escolas foram visitadas e os temas a serem trabalhados foram alinhados com a Gestão de cada unidade, conforme demanda e solicitação das mesmas. Os gestores informaram que a maioria dos pais trabalhavam com algum tipo de complementação de renda, usando muitas vezes a coleta seletiva ou reciclagem como alternativa. A partir daí, foi apresentado o Projeto Jô e Petita, cujo objetivo é reciclar embalagens plásticas, transformando-as em brinquedos.

A exposição de brinquedos reciclados contou com a participação dos alunos e professores, que aprenderam a construir vários brinquedos diferentes com baixo custo, bem como trabalhar e estimular a cognição a partir destas atividades.

MUNICÍPIO	ESCOLA MUNICIPAL	PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS
Agrestina	Santa Tereza	Apresentação do Projeto: Jô e Petita – Oficina com brinquedos reciclados. Contação de História.
Brejo da Madre de Deus	Fábio Correia de Oliveira	Apresentação do Projeto: Jô e Petita – Oficina com brinquedos reciclados;
Paudalho	Elisa Fidelis da Silva	Apresentação do Projeto: Jô e Petita – Oficina com brinquedos reciclados;

Quadro 5. Projetos realizados da 6ª Campanha Educação

Ambiental

Para a realização das oficinas apresentadas durante a execução do Subprograma de Educação Ambiental, o material trabalhado foi levado pela equipe, já pronto para apresentação e durante a explanação do conteúdo, os momentos de vivência contaram com a participação dos estudantes, fazendo a demonstração de como cada exemplar poderia ser utilizado.

Cada escola recebeu para o seu acervo bibliotecário, os livros: ***A primeira aventura de Jô e Petita*** e ***Reciclar e brincar***, da autora Laura Veras, que retrata em uma história infantil a importância da reciclagem, bem como ensina a fazer vários brinquedos diferentes com embalagens que seriam descartadas

Os estudantes, assim como os professores e funcionários das unidades de ensino foram convidados a participar de uma aprendizagem brincante, para que de forma lúdica, conseguissem perceber a necessidade do correto descarte de materiais plásticos, da reciclagem, bem como foram convidados a pensar sobre a recusa de embalagens desnecessárias.

A oficina interativa contou ainda com a explicação de todo o processo de produção, ratificando que muito do que é jogado no lixo pode ser reciclado. Estimular a criatividade de profissionais que compõem o quadro da escola e das crianças também foi parte integrante do projeto.

O impacto ambiental causado pelo descarte incorreto do lixo plástico, quer seja nas comunidades urbanas, quanto nos mares e florestas, também foi uma temática tratada no projeto, visto que o tempo para degradação ultrapassa gerações. A sensibilização das crianças para o assunto é importante e urgente.

Em todas as escolas, no início das atividades, foi explicado para os alunos o que são as Linhas de Transmissão, sua importância e distribuição, também foi explicada a necessidade de projetos ambientais com intuito de educar e sensibilizar a população acerca do tema.

6.3.2 Gerenciamento de resíduos e Conservação da faixa de servidão

Dentre as principais preocupações da IE GARANHUNS, uma trata-se da gestão de resíduos sólidos, pois não é admitida a permanência de lixo ou qualquer tipo de resíduo na faixa de servidão. O controle de resíduos sólidos tem por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d'água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos gerados durante a operação.

De maneira geral, a gestão ambiental dos resíduos sólidos é pautada pelos seguintes aspectos:

- Conhecimento prévio dos resíduos que serão potencialmente gerados;

- Caracterização prévia dos resíduos segundo a norma NBR 10.004, a qual classifica os resíduos sólidos em Classe I (Perigoso), Classe II A (Não-inerte) e Classe II B (Inerte). A classificação será feita mediante análise laboratorial sempre que necessário e considerará os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;
- Definição dos procedimentos de coleta, armazenamento provisório e destinação final;
- Levantamento de possibilidades para destinação alternativa (reuso e reciclagem) de resíduos selecionados.

Foram realizadas duas visitas técnicas para observação e acompanhamento das atividades diárias realizadas nas duas Subestações, por meio da identificação dos resíduos que são gerados em cada etapa do processo e levantamento da gestão atual que está sendo aplicada. Como forma de melhorar o gerenciamento dos resíduos na SE Garanhuns, alguns pontos de melhorias foram identificados e, por essa razão, duas novas visitas serão realizadas, visando a aplicação de ações corretivas que resultem na implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, conforme enquadramento da legislação vigente.

6.3.3 Conservação e Monitoramento da Fauna

O Subprograma de Conservação e Monitoramento da Fauna é considerado imprescindível para o registro e quantificação dos possíveis impactos ambientais gerados pela operação do empreendimento. O monitoramento da fauna permitirá um melhor conhecimento da estrutura das comunidades alvo na área de estudo e, possivelmente, a forma como elas respondem à implantação e operação do empreendimento. As atividades relacionadas à fauna são divididas em três programas: Programa de Monitoramento de Fauna; Programa de Monitoramento de Colisão de Avifauna e Programa de Afugentamento de Fauna.

Após a realização de seis campanhas de monitoramento de fauna foram registradas 34 espécies de mamíferos, pertencentes a 17 famílias e sete ordens, sendo 377 espécimes de 20 espécies de pequeno porte e outros 374 indivíduos de 14 espécies de mamíferos de médio e grande porte. Essa diversidade registrada pode ser considerada bastante relevante e acima da média observada em levantamentos semelhantes.

No decorrer dos três anos de monitoramento realizados ao longo das quatro linhas de transmissão aqui estudadas, foi possível observar uma avifauna típica de ambientes abertos com vegetação arbustiva em meio a uma matriz antrópica. Com base no principal objetivo do Programa de Monitoramento de Colisão de Aves com Linhas de Transmissão, destaca-se a ocorrência de espécies de aves associadas a corpos aquáticos temporários, como lagoas e riachos, geralmente circundadas por área de pastagem ou cultivo.

Um total de 54 espécies com potencial de colisão foram registradas durante os três anos de monitoramento da avifauna.

6.3.4 Atendimento a Emergências Ambientais

O Plano de Atendimento à Emergências Ambientais – PAE, tem como objetivo primordial o desencadeamento de um rol de ações para obter a resposta imediata a eventos adversos que possam ocorrer nas áreas sob a influência das Linhas de Transmissão e Subestação Garanhuns II, administrada pela IE Garanhuns, no sentido de eliminar ou minimizar os efeitos de adversidades decorrentes das atividades operacionais e de manutenção dos empreendimentos.

O PAE apresenta os procedimentos e estratégias a serem utilizadas em situações emergenciais envolvendo linhas de transmissão, prevendo recursos materiais e humanos necessários, assim como, a adoção de linhas de resposta, conjunta e organizada, quando da iminente e real ocorrência das tipologias acidentais possíveis.

Para a execução do Plano, são previstas a identificação dos riscos constantes, baseada no histórico de acidentes típicos, ocorrências anormais e nas hipóteses acidentais. As equipes que compõem o plano recebem treinamento, principalmente ao combate a princípio de incêndio, preservação do meio ambiente e primeiros socorros.

Outras 04 situações emergenciais foram adicionadas neste novo treinamento, a fim de atender às necessidades do empreendimento, de acordo com demandas coletadas durante os treinamentos anteriores. Foram elas:

- Derramamento de soluções ácidas nas áreas do sistema de baterias da SE;
- Acidente de queda de altura;
- Choque elétrico;
- Acidente com animais peçonhentos.

Cada uma dessas situações foi abordada na apresentação, utilizando-se recursos visuais (apresentação de slides em datashow). Durante a apresentação, foram realizadas várias trocas de saberes e informações necessárias descritas em campo pelas equipes das SE's. Os participantes também puderam tirar dúvidas e interagir com o assunto que estava sendo abordado, promovendo bom desenrolar de conteúdo.

As atividades foram desenvolvidas entre os dias 06, 14 e 15 de dezembro de 2022, pela equipe da LSI Consultoria, responsável pela execução do Subprograma de Atendimento às Emergências Ambientais da fase de operação das Linhas de Transmissão (LT's) e Subestações (SE's) da IE Garanhuns. Tendo sido realizada, na manhã do dia 06/12/2022, a explanação sobre o cenário de soluções ácidas nas áreas do sistema de baterias da SE, com parte prática realizada pelo Coordenador de O&M, Sr. Marcos Carvalho.

Na ocasião foi apresentado o PAE e seus procedimentos, enfatizando a importância de todos terem conhecimento sobre a existência dele. A interação e participação dos técnicos foi bastante necessária, tendo em vista a vivência em campo de todos. O interesse pelo conteúdo do Plano foi muito apreciado por todos, que demonstraram uma necessidade de aprendizado sobre o tema repassado, incluindo novos possíveis cenários de emergência, de suma importância, para inclusão futura no documento. Os procedimentos descritos no PAE foram evidenciados de forma detalhada, para que ficassem claras as ações previstas em cada uma das emergências.

7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / JURÍDICA

O empreendimento da IE Garanhuns perpassou por 2.581 propriedades, onde 81% das liberações ocorreram de forma amigável, enquanto 19%, ou seja, 492 propriedades, foram demandadas judicialmente em 245 ações de instituição de Servidão para discussão do quantum indenizatório.

Ao longo dos últimos anos, a IE Garanhuns desenvolveu políticas de acordos e trabalha incansavelmente para zerar o seu passivo fundiário, pagando o justo valor aos proprietários pelo direito de passagem das Linhas de Transmissão nas propriedades que foram afetadas pelo empreendimento.

Com os acordos realizados, os resultados estão sendo exitosos para Companhia, que reduz consideravelmente o eventual incremento do custo do CAPEX (dos juros e atualizações dos valores contingenciados). No último ano foram encerradas 17 ações, estando atualmente a IE Garanhuns com 52 ações ativas distribuídas em 24 Comarcas, onde, atualmente, 7 estão em fase de finalização (Acordo).

Figura 6 – Quantitativo das ações judiciais em andamento para estabelecimento da faixa de servidão.



Ressalta-se que todos os processos de servidão estão com valores contingenciados, com base em perícia realizada por Assistente Técnico contratado pela Companhia, de forma a manter valores provisionados, auxiliando uma rápida tomada de decisão para realização de acordo.

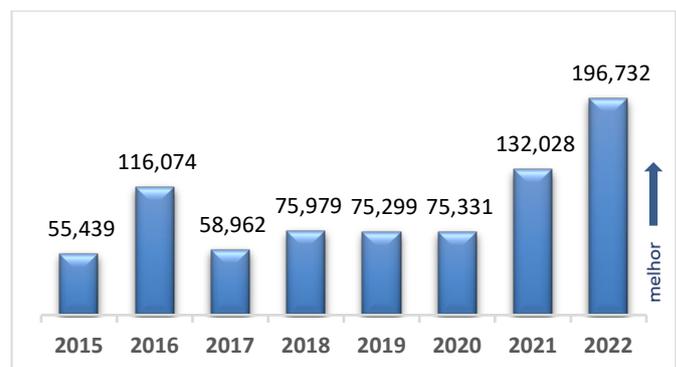
8. INDICADORES DE DESEMPENHO

8.1. Indicadores de desempenho econômico-financeiro

8.1.1. Resultado do exercício

A IE Garanhuns registrou no exercício de 2022 lucro de R\$ 196,732 representando um aumento de 49,0% em relação a 2021, decorrente de ajustes da RTP sobre o ativo contratual e adição do imobilizado da rede básica devido a implantação de projeto de melhoria.

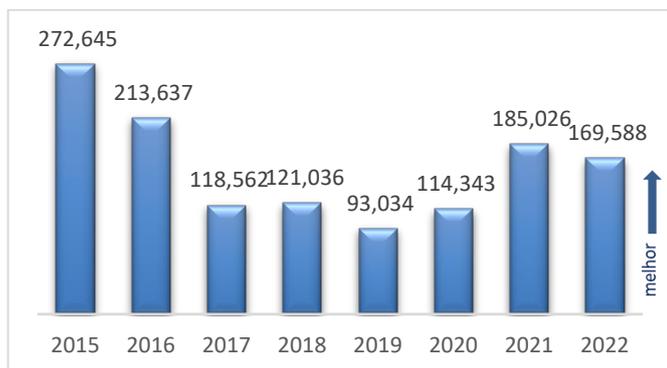
Figura 7 – Resultado do Exercício 2015 a 2022 (milhões).



8.1.2. Receita Operacional Líquida - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou redução de 8,3% em relação ao exercício anterior. Esta redução foi decorrente da queda na receita financeira contratual, motivada pela queda do IPCA e por reflexos no ativo de concessão da baixa de projetos sem RAP.

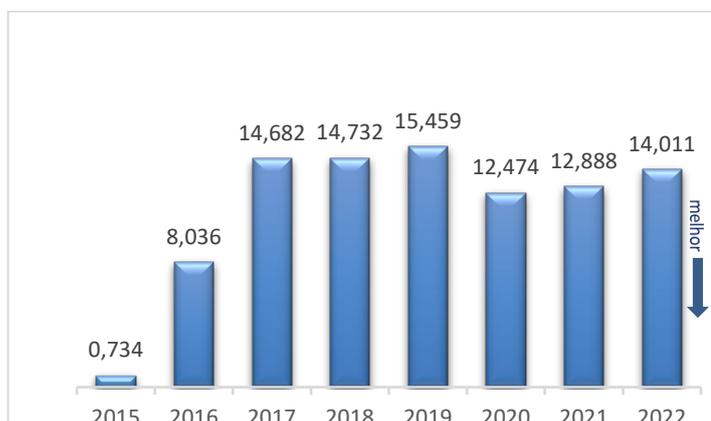
Figura 8 – Receita Operacional Líquida 2015 a 2022 (milhões)



8.1.3. PMSO

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$14,011 no exercício de 2022, apresentando um acréscimo de 8,71% em relação ao exercício anterior. Tal acréscimo foi decorrente de locações de Veículos, despesas com pagamento de impostos (DIFAL) na aquisição de TC despesas gerais com o uso da frota própria de Veículos no terceiro trimestre.

Figura 9 – PMSO 2015 a 2022 (milhões).



8.1.4. EBITDA IFRS

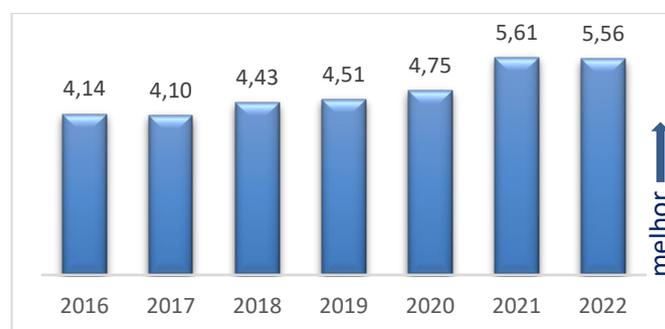
A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 231,802 em 2022, contra o montante de R\$ 160,748 em 2021. Este aumento de 44,2% é decorrente de ajustes da RTP sobre o ativo contratual e adição do imobilizado da rede básica devido a implantação de projeto de melhoria.

Figura 10 – EBITDA 2015 a 2022 (milhões).



8.1.5. Rentabilidade – TIR Acionista (Real)

Figura 11 –TIR Acionista (Real) 2015 a 2022 (%).



8.2. Indicadores de desempenho operacional

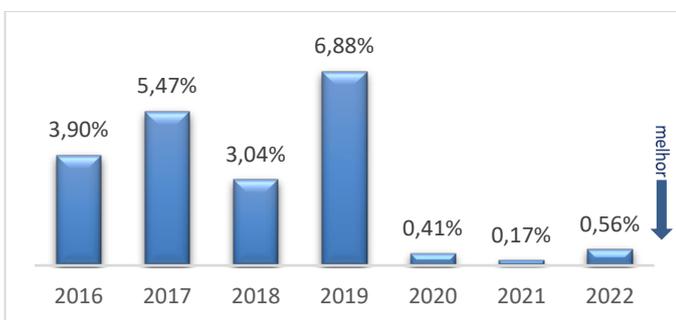
8.2.1. Parcela variável - PV

Indica o desconto da Receita Anual Permitida – RAP das funções de transmissão, devido a indisponibilidade dos equipamentos da Rede Básica das concessões da IE Garanhuns, conforme legislação ANEEL. O acréscimo no desconto, em relação a 2021, deve-se à realização de atividades de manutenção preventiva nos disjuntores de interligação (não há isenção prevista para manutenção desta função transmissão), a necessidade de tratamento de óleo isolante nos reatores e manutenções corretivas importantes em funções transmissão.

Figura 12 – Descontos de PV 2016 a 2022 (milhões).



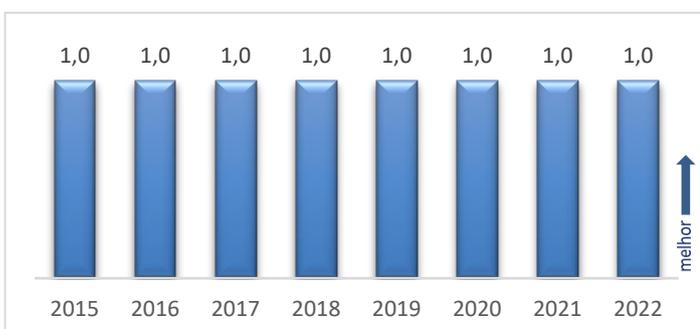
Figura 13 – Percentual de descontos sobre a RAP 2016 a 2022.



8.2.2. Indicador de robustez do sistema - IRS

Avalia a capacidade dos ativos de concessão da IE Garanhuns pertencentes à Rede Básica suportarem contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica (perda de carga). Em 2022 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

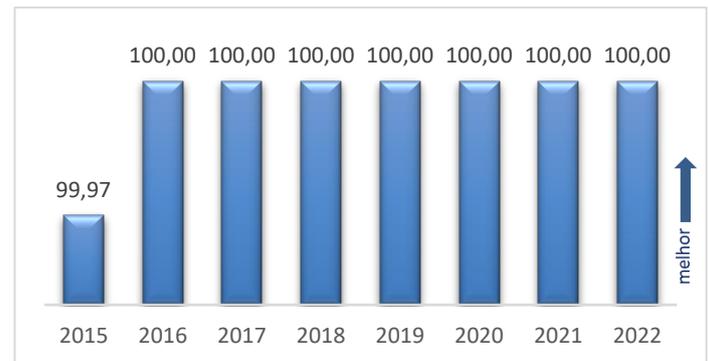
Figura 14 – Índice de Robustez do Sistema (%).



8.2.3. Indicador de disponibilidade de transformadores - IDT

Indica a disponibilidade dos transformadores pertencentes à Rede Básica dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2022 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

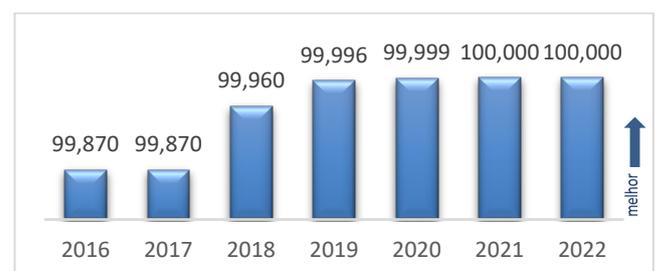
Figura 15 – Índice de Disponibilidade de Transformadores (%)



8.2.4. Indicador de disponibilidade de linhas de transmissão - IDLT

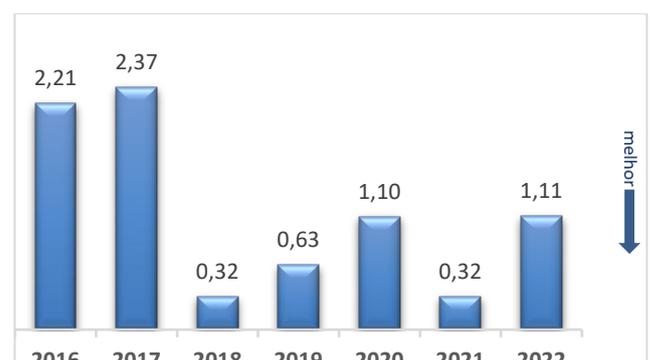
Indica a disponibilidade das Linhas de Transmissão dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2022 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

Figura 16 – Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)



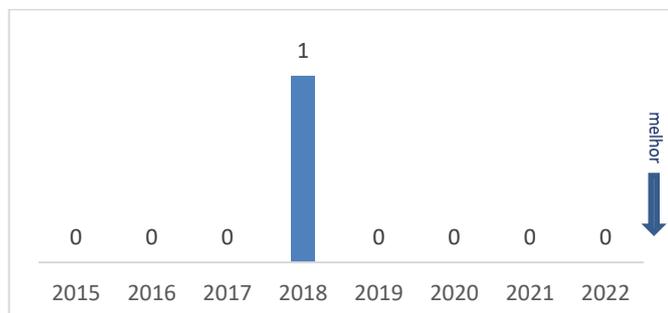
8.2.5. Desligamentos por 100 km de LT

Figura 17 – Percentual de desligamentos por 100km de LT



8.2.6. Frequência de acidentes

Figura 18 – Quantidade de acidentes no quadro próprio e terceiros.



Roberto Sampaio Pires Ferreira

Diretor Administrativo Financeiro

Moacir Biazzo Aversi

Diretor Técnico

9. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE GARANHUNS informa que não possui outros contratos com seus auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

10. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS

A Administração da IE GARANHUNS, ciente do papel da Companhia, de ser a responsável pela Operação e Manutenção do empreendimento, um projeto de grande relevância no setor de energia elétrica brasileira, garantindo reforço na capacidade de transmissão e aumento da segurança e confiabilidade do sistema de transmissão da Região Nordeste e de todo Sistema Interligado Nacional, beneficiando milhares de brasileiros e alcançando o objetivo de participar ativamente dessa extensa e confiável malha energética, agradece a confiança de seus acionistas, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação do Empreendimento e a colaboração de seus empregados e corpo técnico das Companhias dos acionistas pelos resultados alcançados durante o exercício de 2022, conforme relatado neste documento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.399	3.476	Fornecedores	8	8.920	11.924
Aplicações Financeiras	4	41.207	24.448	Empréstimos e financiamentos	9	28.583	33.262
Concessionárias e permissionárias		12.893	8.952	Tributos a recolher	6	1.656	1.617
Tributos a recuperar	6	4.427	3.109	Dividendos a pagar		44.627	29.496
Estoques		3.353	3.541	Outras contas a pagar	10	4.344	3.465
Ativo da concessão	7	107.539	92.544	Total dos passivos circulantes		88.130	79.764
Outros créditos		46	311				
Total dos ativos circulantes		172.864	136.381	NÃO CIRCULANTES			
NÃO CIRCULANTES				Empréstimos e financiamentos	9	93.289	120.631
Caixa Restrito	5	10.533	10.702	Provisão para demandas judiciais	13	6.096	10.227
Ativo da concessão	7	1.247.419	1.083.913	Pis e Cofins Diferidos	11	125.333	108.822
Imobilizado		7.644	5.126	IR e CSLL Diferidos	12	100.937	73.604
Total dos ativos não circulantes		1.265.596	1.099.741	Total dos passivos não circulantes		325.655	313.284
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	570.000	570.000
				Reserva de lucros		454.675	273.074
				Total Patrimônio líquido		1.024.675	843.074
TOTAL DO ATIVO		1.438.460	1.236.122	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.438.460	1.236.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	15	169.588	185.026
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(39.477)	(15.363)
LUCRO BRUTO		<u>130.111</u>	<u>169.663</u>
Receita - Revisão Tarifária Periódica (líquida)		103.932	-
Despesas Gerais e Administrativas	17	(3.114)	(11.142)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	<u>872</u>	<u>2.227</u>
Total		101.690	(8.915)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>231.801</u>	<u>160.748</u>
RESULTADO FINANCEIRO	19		
Receita Financeira		5.609	1.455
Despesa financeira		<u>(11.179)</u>	<u>(10.787)</u>
		(5.570)	(9.332)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>226.231</u>	<u>151.416</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	12	(2.167)	(2.082)
Diferido	12	<u>(27.332)</u>	<u>(17.306)</u>
		(29.499)	(19.388)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>196.732</u>	<u>132.028</u>
Lucro por ação		0,35	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	196.732	132.028
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>196.732</u>	<u>132.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros			Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		570.000	22.095	16.678	130.720	1.210	-	740.703
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(161)	-	(161)
Complemento de reserva de incentivos fiscais		-	-	219	-	-	(219)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	132.028	132.028
Destinação do lucro (Nota 15)	14							
Constituição de reserva legal	14	-	6.601	-	-	-	(6.601)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	14	-	-	7.442	-	-	(7.442)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	(29.496)	(29.496)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	88.270	-	(88.270)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		570.000	28.696	24.339	218.990	1.049	-	843.074
Dividendos de exercícios anteriores não distribuídos		-	-	-	-	29.496	-	29.496
Ajuste de reserva de incentivos fiscais		-	-	(24)	-	-	24	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	196.732	196.732
Destinação do lucro (Nota 15)	14							
Constituição de reserva legal	14	-	9.837	-	-	-	(9.837)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	14	-	-	8.388	-	-	(8.388)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	(44.627)	(44.627)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	133.904	-	(133.904)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		570.000	38.533	32.703	352.894	30.545	-	1.024.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		196.732	132.028
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa			
Depreciação	16	581	588
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	11.011	10.468
Rendimento de aplicações financeiras		(5.452)	(1.443)
Remuneração dos ativos de concessão	7	(152.343)	(185.956)
Perda com baixa de imobilizado		(302)	-
Valor residual do ativo imobilizado		668	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		27.332	17.306
PIS e Cofins diferidos		16.511	9.113
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(1.545)	5.017
		<u>93.194</u>	<u>(12.879)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias		(3.941)	799
Tributos a recuperar	6	(1.318)	(904)
Estoques		188	(762)
Ativo de concessão	7	88.369	87.434
Ativo de concessão (RTP)	7	(114.526)	-
Outros créditos		265	(160)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	8	(3.004)	1.957
Tributos a recolher	6	2.159	2.485
Demandas judiciais (fundário)		(2.585)	-
Outras contas a pagar	10	879	(1.503)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.120)	(2.082)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>57.560</u>	<u>74.385</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	4	(11.308)	(22.834)
Caixa restrito	5	168	171
Aquisição de imobilizado		(3.465)	(2.941)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(14.605)</u>	<u>(25.604)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal e juros de financiamentos	9	(43.032)	(43.300)
Dividendos pagos			(16.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(43.032)	(59.900)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(77)</u>	<u>(11.119)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.476	14.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3.399	3.476
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(77)</u>	<u>(11.119)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Concessões

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I.
- Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA.
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km).
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km).
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão.
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km).
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco.
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas: Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão

<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP (*)</u>	<u>Índice de correção</u>
022/2011	30	09/12/2041	R\$ 68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/22 a junho/23), conforme a Resolução Homologatória nº 3.050/2022 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R\$127.189 (R\$103.742 julho/21 a junho/22).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 03 de março de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.

2.3. Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo de concessão, constituição e análises quanto à realização ou liquidação de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e fundiários.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação, classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual, assim como também as receitas de implementação de infraestrutura, remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

2.5. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

- Receita de implementação da infraestrutura

A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de implementação da infraestrutura está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de implementação da infraestrutura resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativo da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

- Receita de remuneração dos ativos de concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)).

- Receita de operação e manutenção

A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

c) Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

d) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

e) PIS e Cofins - diferidos

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo contratual. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo contratual.

f) Taxas regulamentares sobre a receita

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica "Taxas regulamentares" no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

g) Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros*Classificação e mensuração*

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

j) Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM.

A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado operacional.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

k) Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

l) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia possui contingências para demandas judiciais conforme a nota explicativa nº13 cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”.

o) Redução ao valor recuperável

A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

p) Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

q) Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a administração concluiu que não há indicativos de perda de valor e que, portanto, não há necessidade de conduzir os testes de redução ao valor recuperável.

r) Normas e interpretações novas e revisadas

Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS / IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	IFRS 1	01.01.2022
CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41		IFRS 9	
CPC 48 – Instrumentos Financeiros		IFRS 16	
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		IAS 41	
CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola			

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS / IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	IFRS 10/ IAS 28	Não definida
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	IAS 12	01.01.2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2	2
Bancos	3.397	3.474
	<u>3.399</u>	<u>3.476</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundos de investimentos DI Xavantes	41.207	24.448
	<u>41.207</u>	<u>24.448</u>

O Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI é um fundo exclusivo da acionista ISA CTEEP, com liquidez imediata, controlado pelo Banco Itaú, constituído para investimento da ISA CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto. A IE Garanhuns descontinuou suas operações de investimento no fundo em março de 2020, tendo reiniciado em setembro de 2021. O Fundo registrou um rendimento acumulado de 5,22 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 13,43% de rendimento acumulado (108,40% do CDI) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

5. CAIXA RESTRITO

O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES, que conforme parágrafo sexto da cláusula nona Cessão Fiduciária, refere-se à conta reserva, equivalente a 3 (três) prestações mensais do contrato de financiamento para a cessão fiduciária, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa nº 9), até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, previstas para ocorrer em 15 de dezembro de 2028.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa restrito é R\$ 10.533 (R\$ 10.702 em 31 de dezembro de 2021).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativo:</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.496	1.488
IRPJ retido na fonte	1.475	1.166
Outros	456	455
	<u>4.427</u>	<u>3.109</u>
<u>Passivo:</u>		
PIS a recolher	221	193
COFINS a recolher	1.032	884
Outros tributos a recolher	403	540
	<u>1.656</u>	<u>1.617</u>

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	1.354.958	1.176.457
Circulante	107.539	92.544
Não circulante	1.247.419	1.083.913

(a) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis). Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	1.176.457	1.077.935
Remuneração dos ativos da concessão (Nota 15)	152.343	185.956
Receita de infraestrutura (Nota 15)	32.649	7.623
Realização da RAP	(109.895)	(95.057)
Receita - Revisão Tarifária Periódica	114.526	-
Baixa Projetos sem RAP (Nota 15)	(11.122)	-
Saldo final	<u>1.354.958</u>	<u>1.176.457</u>

Revisão Tarifária Periódica (RTP)

Em julho de 2022, ocorreu a atualização da Receita Anual Permitida (RAP) referente ao ciclo com vigência de julho de 2022 a junho de 2023, por conta da Revisão Tarifária Periódica, efetuada a cada 5 anos, conforme a Resolução Homologatória nº 3.050/2022 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011. Como resultado dessa revisão, foram identificados alguns fatores que afetaram a remuneração (RAP) a ser considerada prospectivamente nos fluxos futuros de receita da Companhia, ocasionando um aumento no valor presente do ativo contratual, conforme indicado na movimentação acima. Os principais aspectos relacionados a revisão tarifária periódica compreendem o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A projeção para os próximos 12 meses da RAP será de R\$ 143.987.

Baixa de projetos sem RAP

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL emitiu uma Nota Técnica 91/2022 sobre a análise das contribuições da consulta pública 9/2022, referente a Revisão da Receita Anual Permitida - RAP onde a Companhia solicitou ao agente regulador receita associada a gastos com projetos de melhoria no empreendimento. A ANEEL não acatou oferecer essa receita na Revisão Tarifária do ciclo 2022/2023. Dessa forma, a Companhia registrou a baixa das melhorias reconhecidas no ativo de concessão em contrapartida da receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos de concessão.

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de materiais e serviços	2.357	5.360
Parcela variável a pagar	<u>6.563</u>	<u>6.564</u>
	<u>8.920</u>	<u>11.924</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1)		
Principal	121.728	153.741
Encargos	384	440
	<u>122.112</u>	<u>154.181</u>
(-) Custos de transação	(240)	(288)
Total	<u>121.872</u>	<u>153.893</u>
Circulante	28.583	33.262
Não circulante	93.289	120.631

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

<u>Parcela</u>	<u>Valor original</u>	<u>Indexador</u>	<u>Spread (% a.a.)</u>
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,50
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	-

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

<u>Vencimento por exercício:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	33.262
2023	28.569	28.283
2024	18.661	18.667
2025	18.661	18.721
2026	18.661	18.320
Após 2026	37.320	36.640
	<u>121.872</u>	<u>153.893</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim representada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	153.893	186.725
Juros incorridos	11.011	10.468
Amortização de principal e juros	<u>(43.032)</u>	<u>(43.300)</u>
Saldo final	<u>121.872</u>	<u>153.893</u>

Conforme o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1172.1 firmado entre o BNDES e a Companhia na cláusula décima sexta (Fiança) no parágrafo terceiro no item D, é previsto que a Companhia deve atingir ICSD Índice de Cobertura do Serviço da Dívida cumpra no período de 12 meses anteriores o valor mínimo de 1,3. Na data base dessas demonstrações contábeis a Companhia cumpriu o índice.

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	3.348	2.643
Outras contas a pagar	996	822
	<u>4.344</u>	<u>3.465</u>

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pis e Cofins diferidos	125.333	108.222
	<u>125.333</u>	<u>108.822</u>

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo contratual. O total destes tributos é R\$125.333 em 31 de dezembro de 2022 (R\$108.822 em 31 de dezembro de 2021). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo contratual, conforme previsto na Lei nº 12.973/14

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	108.822	99.709
PIS/COFINS diferido sobre:		
Remuneração dos ativos da concessão	14.092	17.201
Receita de Infraestrutura	3.020	705
Receita de O&M	1.686	1.409
Receita – Revisão Tarifária Periódica	10.594	-
Baixa Projetos sem RAP	(1.029)	-
Realização da RAP	<u>(11.851)</u>	<u>(10.202)</u>
Saldo final	<u>125.333</u>	<u>108.822</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação alíquota efetiva:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	226.232	151.416
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social esperada	(76.919)	(51.481)
Adições (exclusões), líquidas	39.032	24.651
Incentivo fiscal - SUDENE	<u>8.388</u>	<u>7.442</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(29.499)</u>	<u>(19.388)</u>
Corrente	(2.167)	(2.082)
Diferido	<u>(27.332)</u>	<u>(17.306)</u>
Total	<u>(29.499)</u>	<u>(19.388)</u>
Alíquota efetiva	13%	13%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação da implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01 e CPC 47) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 100.937 (R\$73.604 em 31 de dezembro de 2021).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%.

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Efeitos do ICPC 01 e CPC 47 (i)	110.714	94.584
Provisão para demandas judiciais	(2.585)	(1.560)
Prejuízo fiscal e base negativa	(10.095)	(19.192)
Outros	<u>2.903</u>	<u>(228)</u>
Passivo fiscal diferido, líquido	<u>100.937</u>	<u>73.604</u>

- (i) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação, à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e nº 36 da Lei nº 12.973/14.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundiário	6.096	10.227
	<u>6.096</u>	<u>10.227</u>

Durante o período de 2022, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de servidão administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R\$ 6.059 (R\$ 12.882 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos.

Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu despachos decisórios da Receita Federal do Brasil - RFB relacionados a processos administrativos tributários na esfera federal, referentes aos saldos negativos de IRPJ dos exercícios de 2013 e 2014. As manifestações de inconformidade foram elaboradas pelos assessores jurídicos da Companhia no valor de R\$ 2.397 os quais foram avaliados com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos.

A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	10.2271	5.210
Reversões de provisões	(1.546)	(1.526)
Pagamentos	(2.585)	-
Constituição de provisões	-	6.543
Saldo final	<u>6.096</u>	<u>10.227</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$600.000.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>		
CTEEP	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	<u>570.000</u>	<u>100%</u>

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.
- (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	196.732	132.027
(-) Reserva legal	(9.837)	(6.601)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(8.388)	(7.442)
Base de cálculo	<u>178.507</u>	<u>117.984</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>44.627</u>	<u>29.496</u>

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dividendos aprovados anos anteriores	29.496	16.439
Dividendos provisionados	-	161
Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente	-	(16.600)
Dividendos mínimos obrigatórios revertidos (a)	(29.496)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b)	<u>44.627</u>	<u>29.496</u>
Saldo final	<u>44.627</u>	<u>29.496</u>

- (a) O valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, no montante de R\$ 29.496, foi registrado no passivo circulante e, no decorrer de 2022, foi revertido para a Reserva especial de dividendos, após deliberação dos acionistas em AGE de 12 de dezembro de 2022.
- (b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$44.627, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária. Contudo, a Administração da Companhia proporá aos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as referidas demonstrações e deliberará sobre a destinação dos resultados do exercício, a retenção desse saldo para investimentos previstos nas melhorias da infraestrutura.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta		
Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 7)	142.104	185.956
Receita de infraestrutura (b) (Nota 7)	31.765	7.623
Receita de operação e manutenção (c)	<u>18.226</u>	<u>15.232</u>
	<u>192.095</u>	<u>208.811</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(3.141)	(3.469)
Cofins	(14.464)	(15.977)
ICMS	(15)	(18)
Taxas regulatórias (RGR, P&D E TFSEE)	<u>(4.888)</u>	<u>(4.321)</u>
	<u>(22.508)</u>	<u>(23.785)</u>
Receita operacional líquida	<u>169.588</u>	<u>185.026</u>

a. Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão.

A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA.

b. Receita de infraestrutura

A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

c. Receita de operação e manutenção

As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável.

A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa n.º 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN n.º 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa n.º 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 1.883, (R\$ 1.893, em 31 de dezembro de 2021).

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal (a)	(5.803)	(5.217)
Materiais (b)	(641)	(500)
Serviços de terceiros (c)	(2.419)	(1.811)
Depreciação (d)	(581)	(289)
Custos de infraestrutura (e)	(29.629)	(6.918)
Gastos diversos (f)	(404)	(628)
	<u>(39.477)</u>	<u>(15.363)</u>

- (a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas.
- (b) Gastos com conservação e manutenção do empreendimento.
- (c) Gastos com operação de manutenção.
- (d) De bens próprios.
- (e) A Companhia registrou custos classificados como investimentos em projetos de melhoria e com a resolução autorizativa nº 10.923/2021.
- (f) Demais gastos com operação de manutenção.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal (a)	(2.387)	(2.247)
Honorários da Administração (b)	(1.183)	(1.244)
Materiais (c)	(21)	(229)
Serviços de terceiros (d)	(741)	(1.756)
Amortização do direito de uso (e)	(41)	(299)
Demandas judiciais (f)	1.545	(5.017)
Outras despesas	(286)	(350)
	<u>(3.114)</u>	<u>(11.142)</u>

- (a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas.
- (b) Pagamentos com: salários e bônus (diretoria da companhia).
- (c) Gastos com conservação e manutenção geral.
- (d) Gastos com serviços contratados.
- (e) Amortização do direito de uso de veículos e aluguéis.
- (f) Reversões/Provisões das demandas judiciais (nota 13)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de compartilhamento de instalações	570	1.243
Outros resultados operacionais (a)	<u>302</u>	<u>984</u>
	<u>872</u>	<u>2.227</u>

(a) O valor de outros resultados operacionais refere-se principalmente a ganho decorrente de venda de isoladores (sucata).

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	5.452	1.443
Tributos sobre a receita financeira	(244)	(69)
Outras receitas financeiras	401	81
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.011)	(10.467)
Encargos sobre arrendamento	(1)	(9)
Outros	(167)	(311)
Resultado financeiro	<u>(5.570)</u>	<u>(9.332)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.399	3.476
Aplicação financeira	41.207	24.448
Caixa restrito	10.533	10.702
Mensurados ao custo amortizável:		
Concessionárias e permissionárias	12.893	8.952
<u>Passivos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizável:		
Fornecedores	8.920	11.924
Empréstimos e financiamentos	121.872	153.893
Outras contas a pagar	4.344	3.465

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação:

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 – ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo.

A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), regulando a prestação de serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária.
- Risco de preço - as receitas da Companhia são, nos termos dos contratos de concessão, reajustadas anualmente em 01 de julho pela ANEEL, pela variação do IPCA, tendo como data de referência inicial setembro de 2011.
- Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamentos está vinculada à variação da TJLP.
- Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são representadas pela Receita Anual Permitida (RAP) vinculada às instalações de rede básica, conforme definido nos termos da legislação vigente, pela ANEEL, nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez, mantendo o monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
- Risco operacional - A Companhia mantém monitoramento dos riscos operacionais envolvendo a implantação do seu contrato de concessão, bem como, quando aplicável, outros aspectos regulatórios que estão sendo discutidos com a Agência Reguladora em processos administrativos envolvendo sua concessão.

c) Sensibilidade a taxas de juros

Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Operação	Risco	Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro				
		Saldo em 31.12.2022	Riscos de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
			Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	108,40% do CDI	41.207	51.509	61.811	30.905	20.604
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 5,55% a.a.	(121.872)	(152.340)	(182.808)	(91.804)	(60.936)
		<u>(80.665)</u>	<u>(100.831)</u>	<u>(120.998)</u>	<u>(60.499)</u>	<u>(40.333)</u>

21. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	18/01/2023	65.407
Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos)	03/12/2023	3.097

No dia 18/01/2023 o seguro das instalações foi renovado até o dia 01/06/2024. As premissas adotadas para a contratação dos seguros não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativas às operações com partes relacionadas, estão detalhados a seguir:

Natureza da operação	Partes relacionadas	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Remuneração dos administradores (nota 17.b)		-	-	-	-	(1.183)	(1.244)
		-	-	-	-	(1.183)	(1.244)
Fornecedores	CTEEP	-	42	-	38	(471)	(462)
		-	42	-	38	(471)	(462)
Concessionárias e Permissionárias	CHESF	354	-	539	-	4.480	4.321
		354	-	539	-	4.480	4.321
		354	42	539	38	2.825	2.615

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 03 de março de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data.
